

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada no período de 19 a 21 de fevereiro de 2025, no Auditório do IPEA, localizado no Centro Empresarial Brasília 50 - IPEA / IPHAN, no Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS) 702/902, BL C, Torre B - Asa Sul, Brasília – DF. A 6ª Reunião Ordinária do Condraf contou com a presença dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil e gestão pública e demais convidados, conforme assinatura em lista de presença, e teve a seguinte pauta: **1. Mesa de Abertura da 6ª Reunião Ordinária; 2. Diálogos para o Plano Safra da Agricultura Familiar: balanço do PSAF 2024-2025 e construção participativa do PSAF 2025-2026; 3. Ato de assinatura de Portaria e Acordos de Cooperação Técnica com parceiros institucionais para fortalecimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária; 4. Revisão do PPA Participativo; 5. Estratégias para a Agricultura Familiar no Plano Clima; 6. Assistência Técnica e Extensão Rural para a produção de alimentos saudáveis; 7. Desenrola Rural: Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar; 8. MDA Estratégico: Metas para o avanço das políticas de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; 9. Informes; 10. 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; 11. Pauta Deliberativa.** O Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, deu início a sexta reunião, agradecendo a presença de todos/as conselheiros e conselheiras e demais participantes, em seguida convidou para fazer parte da **1. Mesa de Abertura da 6ª Reunião Ordinária** - a abertura da 6ª Reunião Ordinária foi iniciada por Samuel Carvalho – Secretário Executivo do Condraf, que destacou os desafios para o ano de 2025 com as entregas que estão previstas e também a realização da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (3ª CNDRSS); na oportunidade justificou as alterações realizadas na programação da reunião em função da agenda de ato de assinatura de uma portaria e dois acordos de cooperação técnica entre o MDA, os Correios, Incra, Anatel e Ministério das Comunicações; em seguida convidou para fazer parte da mesa dois representantes da sociedade civil, Jaime Conrado – Cáritas; e Claudia Cáscas – 2ª vice-presidente do Condraf; e, da gestão pública, Paulo Teixeira – Ministro do MDA e presidente do Condraf. Na sequência, Jaime Conrado mencionou que a sociedade civil esteve reunida durante o período da manhã do dia 19 de fevereiro de 2025; que 2025 é um ano estratégico para o Condraf, pois é o ano de consolidar muitas das políticas que já começaram; destacou também, os primeiros anos do governo foi de diagnóstico e reconstrução, inclusive reconstrução do Condraf e de outros espaços públicos que foram destruídos no governo anterior; que, este ano é momento de avançar de forma mais sinérgica, para que as políticas públicas cheguem na base com mais potência e gere impactos na vida das pessoas. Logo em seguida, Claudia Cáscas, enfatizou sobre a importância da consolidação das políticas públicas; que a sociedade civil necessita de alguns instrumentos que ajude na articulação interna e externa através das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas pelo MDA e outros Ministérios; mencionou, que o espaço do Condraf, além de ser um espaço de discussão, é também um espaço de articulação política; citou, que o maior desafio encontra-se na execução das políticas

públicas, que não estão chegando na base como deveria; por último, ressaltou a importância do MDA intermediar um diálogo do Condraf com o presidente da república, para tratar sobre orçamento para a execução das políticas públicas. O Ministro Paulo Teixeira, apresentou um breve panorama dos dois anos de governo e dos desafios, citando, que o desafio no Brasil é o de produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo brasileiro; contudo, para cumprir tal desafio tem grandes barreiras a serem ultrapassadas, dentre as quais, em primeiro lugar, o tema da emergência climática, que afeta muito os trabalhadores rurais; em segundo, vencer a desigualdade social; e, em terceiro, o empoderamento dos trabalhadores rurais que produzem alimentos. Mencionou, que o desafio do MDA é oferecer crédito barato, em seguida, citou as principais mudanças feitas no Plano Safra: aumento em quase 30% do número de tomadores de crédito; expansão do Pronaf para a cesta básica; diminuição pela metade da taxa de juros (quem produz alimentos no Brasil paga 3% de juros, agroecologia 2%, Florestas Produtivas 3%); aumento da produção de arroz, feijão, tomate, frutas e legumes em dois anos. Ainda, que a inflação de alimentos se resumiu ao grupo de 5 ou 6 alimentos (carnes, ovos, café, açúcar, laranja e óleo de soja), e, que o aumento se deu em função do aumento do dólar; que o governo baixou os juros para máquinas, e em dois anos, teve um aumento de 60% na mecanização, e ao mesmo tempo aumentou o microcrédito, que é conhecido como Pronaf B; a aprovação do Desenrola rural irá contemplar os agricultores familiares que tem dívidas com os bancos, e foram oferecidas três garantias: o Fundo de Aval do BNDES, o Fundo de Aval do Orçamento, e o Fundo de Aval para as cooperativas; mencionou que foram assentados 5 mil famílias entre 2023 e 2024, e, em 2025 será assentado mais 30 mil famílias, e, em 2026, 26 mil famílias, portanto será assentado 60 mil famílias; citou que foi realizado convênio com as universidades para ajudarem no desenvolvimento dos assentamentos com assistência técnica; foram feitos três editais para o PAA, um para população tradicionais, um para agricultura familiar pontuando maior as mulheres, e o terceiro, para assentados da reforma agrária; ressaltou, que será assinado no final da tarde de 19 de fevereiro, uma portaria em que todos os assentados da reforma agrária entram no CAF; e por último, citou alguns desafios a serem enfrentados, o primeiro deles é fazer entregas, o segundo, é fazer alteração no Fundos de Terras, para que as receitas do INCRA seja destinadas para um fundo, e, que o fundo possa financiar aquisição de terras, e, o terceiro desafio, criar um Fundo Nacional para Assistência Técnica, o Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural, e por último, fazer um programa de recuperação ambiental, que também é chamado de Florestas Produtivas, um programa de bio-insumos para vencer os agrotóxicos. Finalizado as falas dos integrantes da mesa, foi concedido a palavra para uma conselheira da sociedade civil fazer questionamentos/perguntas: o seguro safra ainda não saiu, está defasado, e as famílias estão pressionando nas bases para saberem quando será liberado; que o Ministro possa ajudar a desenrolar o seguro safra; sobre a legalização das pequenas áreas para os agricultores familiares, o governo, junto com as parcerias local, tem como fazer a regularização mais barato; sobre a legalização dos pequenos animais, a exemplo da criação de frango caipira, e também da apicultura e da questão do queijo, que o Ministro possa contribuir para

legalizar o queijo no Estado de Minas Gerais. Em seguida, o Secretário Executivo do Condraf, convidou o Secretário da SAF, Vanderley Ziger, para realizar a apresentação do segundo ponto da pauta: **2. Diálogos para o Plano Safra da Agricultura Familiar: balanço do PSAF 2024-2025 e construção participativa do PSAF 2025-2026**; e, para moderação do debate, Lidenilson Sousa da Silva - do Movimento Camponês Popular (MCP), e Claudia Cáscas - da CENATER e 2ª vice-presidente do Condraf. Em seguida, o secretário Vanderley Ziger deu início a apresentação intitulada *“Plano Safra da Agricultura Familiar 2024-2025: das famílias do campo para todas as famílias do Brasil”*, (disponível no drive), destacando inicialmente, que quando se olha os números do crédito, é motivo para celebrar, mas é importante identificar onde estão os pontos de interrogação, onde está o principal problema, onde tem que melhorar; em seguida, apresentou os números referentes ao Pronaf Safra 2024-2025, citando a redução da taxa de juros para produção de alimentos da cesta básica de 3% (arroz, feijão, mandioca, frutas, legumes e leite), e 2% para os produtos da sociobiodiversidade, agroecologia e orgânicos (alimentos agroecológicos, açaí, babaçu, castanha do Brasil, pequi, guaraná e umbu); a redução de 4% para 3% para investimento, e, de 3% para 2% para custeio para as linhas sustentáveis (agroecologia, bioeconomia, semiárido e florestas produtivas); destacou ainda, como nova medida no âmbito das linhas sustentáveis do Pronaf (MDA e MMA), os Ativadores de Crédito; ressaltou, que foi criada uma nova linha do Pronaf para regularização fundiária, com limite de R\$ 10 mil reais; e, que foi garantido a inclusão da agricultura familiar em três fundos garantidor (1. Fundo Garantidor de Operações - FGO; 2. Fundo de Aval às Micro e pequenas empresas – FAMPE/SEBRAE; 3. Fundo Garantidor para Investimentos FGI PEAC/BNDES); e por último, apresentou uma breve avaliação do Pronaf no período de 2022 a 2024, destacando: número de operações; valor contratado (R\$) e investido nas principais linhas (Pronaf B, Mulheres, Cooperativas); e principais alimentos. Após a apresentação do secretário Vanderley Ziger, procedeu-se as falas dos dois representantes da sociedade civil do Condraf, iniciando com a Claudia Cáscas da CENATER, que, destacou a importância da apresentação dos dados, fazendo menção a existência do Pronaf Capacitação e sua contribuição inclusive para a criação de cooperativas; que os agricultores conhecem poucas linhas de crédito; os créditos que estão sendo liberados para as regiões, estão atendendo a demanda de produção de alimentos? O microcrédito ainda é um fator de desigualdade regional, e, ao se comparar os dados por região, o número da região Nordeste é gigantesco, mas quando se faz a média do crédito que está sendo aplicado, soma 10, 12, em média; o crédito está sendo estruturante? E para ele ser estruturante, precisa de que? É necessário ter um estudo mais aprofundado para avaliar o resultado da aplicação do crédito; não adianta ter o melhor projeto de agroecologia se o gerente do banco do Nordeste ou do Banco do Brasil não aceitar financiar, pois os mesmos alegam que a planilha não dá certo para o projeto, e o crédito não é acessado; é preciso fazer o diálogo com os bancos públicos; fortalecer a política territorial, o que será necessário garantir recursos; no Plano Safra 2023-2023 tinha orçamento para o crédito instalação, e no Plano Safra 2024-2025 não apareceu o crédito instalação, que é um crédito importante para os assentados,

principalmente para os assentamentos que estão na região amazônica. Em seguida, Lidenilson Sousa da Silva, do Movimento Camponês Popular (MCP), destacou a importância do Plano Safra, e, que a mensagem do Plano Safra é para produzir alimentos, comida, não qualquer comida, mas comida que tem carimbo agroecológico, que se possa consumir ou ofertar esses alimentos; que é preciso garantir na estratégia do Plano Safra o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e agroecologia, o que significa primeiramente considerar bioma, pois o preço para se produzir na agricultura se difere dependendo da região; portanto, tratar o fortalecimento da agricultura familiar significa considerar as especificidades regionais e colocar na pauta do debate dos biomas; depois o recorte de gênero, e da juventude; que, é preciso verificar como as propostas são elaboradas e como são apresentadas para os operadores financeiros; o que é destinado atualmente para a ATER? O debate que se precisa fazer sobre o crédito, é que o crédito tem que olhar o indivíduo como integralidade de seu território; e por último, ressaltou a importância de se estabelecer parceria com alguma universidade para realização de um estudo sobre a produção de alimentos, a exemplo da produção de arroz que está concentrada no Rio Grande do Sul, e verificar o que isso impacta na vida das pessoas. Finalizado as intervenções dos representantes da sociedade civil, procedeu-se um informe da CENAPO, feito pela secretária Executiva Patrícia Dias Tavares, e o conselheiro do Condraf, Clérison dos Santos Belém da Rede Ater Nordeste de Agroecologia (Rede Ater-NE), sobre a parceria entre a CENAPO, CONSEA, Condraf, Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), que têm uma agenda comum sobre os sistemas alimentares para promoção da segurança alimentar e nutricional, e também o combate e apresentação de respostas da emergência climática, para gerar um diálogo de como comunicar e promover uma verdadeira capacidade de gestão da sociedade civil, das políticas públicas que se propõe, pensando como as políticas são apropriadas pelos territórios, como elas retroalimentam, promovem e fortalecem processos de organização social; o trabalho teve início em setembro de 2024, com a aproximação de alguns planos, a exemplo do PLANAPO, do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, e do programa Ecoforte; a oficina realizada em Juazeiro, teve por objetivo estruturar um sistema de monitoramento participativo de políticas públicas a partir dos territórios, sendo estruturado as principais diretrizes, e foi criado um grupo de trabalho, do qual o Condraf faz parte, para que se tenha um grupo gestor do sistema, e que o sistema será rodado a partir dos territórios em que será executado o Ecoforte. Encerrando o primeiro dia da Reunião Ordinária do Condraf, o cerimonial do Gabinete do Ministro Paulo Teixeira procedeu a condução do último item da pauta que trata sobre: **3. Ato de assinatura de Portaria e Acordos de Cooperação Técnica com parceiros institucionais para fortalecimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária;** foram convidados para fazerem parte da mesa, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Presidente do Condraf, Paulo Teixeira; o Ministro das Comunicações, Juscelino Filho; o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Cesar Aldrighi; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Carlos Baigorri; o representante do Conselho Diretor da

Anatel, Vicente Bandeira; o presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos; e, a segunda vice-presidente do Condraf, Claudia Cáscas; após saudação inicial dos membros da mesa, procedeu-se o primeiro ato de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (disponível no drive), entre o MDA, o Ministério das Comunicações (MCOM), a Anatel, e o Incra, para o desenvolvimento de ações para implementar políticas públicas visando o acesso a internet em áreas rurais; na sequência, procedeu-se a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, entre o MDA, MCOM e os Correios, para viabilizar a logística de transporte e acesso a novos mercados e a inclusão social produtiva de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais; em seguida, procedeu-se a assinatura do último documento, a Portaria conjunta entre o MDA e o Incra, que visa estabelecer condições e procedimentos para inscrição de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) por compartilhamento de dados. No segundo dia de reunião ordinária, a vice-presidente do Condraf, chamou atenção para a necessidade de se discutir sobre o Garantia Safra com o Secretário da SAF, Vanderley Ziger, e o Diretor de Crédito, José Henrique, assim como sobre o Plano Safra 2024/2025; na oportunidade, o Secretário Executivo informou que será realizada uma reunião no dia 11 de março sobre o Plano Safra, e, que será preciso definir depois quem participará representando o Condraf.

4. Revisão do PPA Participativo. Dando continuidade a programação da Reunião Ordinária, o Secretário Executivo, convidou o representante da Diretoria de Planejamento e Orçamento Participativo (DPOP) da Secretaria Geral da Presidência da República, Vinícius Spengler, para realizar apresentação da proposta de revisão do PPA. Em sua apresentação, (disponível no drive), Vinícius Spengler destacou, o que foi o PAA Participativo 2024-2027, e como se deu o processo de participação social na elaboração das propostas via Plataforma do Brasil Participativo; que, o PPA contempla seis agendas prioritárias e 5 agendas transversais; e a fase de monitoramento, tem prazo de encerramento até 21 de fevereiro de 2025; pontou, que a proposta da revisão tem por objetivo melhorar ou modificar o que for necessário no PPA; e, que os conselhos terão até o dia 28 de fevereiro para inserir as propostas de revisão na Plataforma Brasil Participativo; que, na próxima reunião do Interconselho será apresentado um panorama geral da consulta e dos resultados do PPA. Logo na sequência procedeu a apresentação do Tutorial de Revisão do PPA, informando que para inserir as propostas para revisão do PPA Participativo é necessário entrar na Plataforma do Brasil Participativo, utilizando o Gov.br com senha de usuário individual. Após o encerramento da apresentação sobre a revisão do PPA Participativo, procedeu-se as contribuições/questionamentos do plenário: qual a possibilidade de prorrogação do prazo para inserção das propostas de revisão do PPA? Qual região apresentou a maior quantidade de propostas para o PPA 2024-2027? Pode acrescentar novas ações e modificar valores? De que forma o PPA da União se comunica com os PPA dos Estados? De que forma a Secretaria Geral está dialogando sobre as situações específicas referentes as mudanças climáticas? O que está no escopo do PPA dentro da LOA. Na sequência, foram apresentadas as seguintes respostas/considerações: Vinícius Spengler, informou que o prazo de

revisão do PPA não terá alteração, permanece 28 de fevereiro de 2025; quanto as propostas apresentadas por regiões, informou que a SG enviará um relatório para o Condraf com número de participação por Estado e Região, mas o governo federal não consegue interferir no PPA dos Estados; que, a questão ambiental foi central no PPA e o programa mais votado foi o de enfrentamento as emergências climáticas; que o processo de votação do PPA indica priorização das propostas, o que consequentemente reflete na LOA; que o PPA é um planejamento, ou seja, é um plano que considera 4 anos do governo, e apresenta uma agenda de priorização da agenda do governo; e por último, informou que a Secretaria Geral realizará uma oficina no dia 21 de fevereiro de 2025 para os conselhos para alinhamento sobre a revisão do PPA.

5. Estratégias para a Agricultura Familiar no Plano Clima. O Secretário Executivo, convidou para fazer parte da mesa, a Diretora do Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações Estratégicas (DAMEI) do MDA, Luciana Jacob; a Secretária Executiva do MDA, Fernanda Machiavelli, e dois representantes da sociedade civil: Idalgizo José Monequi - da UNEFAB; e Clérison dos Santos Belém – da Rede ATER Nordeste. Na sequência, a Secretária Executiva do MDA, Fernanda Machiavelli, destacou que a reivindicação do Plano Clima para a agricultura familiar partiu do Condraf, sendo acatada a proposta pelo Ministério que negociou com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a construção de um plano setorial para a agricultura familiar. Na sequência, teve início a apresentação (disponível no drive), da Diretora do DAMEI, Luciana Jacob, sobre a estratégia para a agricultura familiar no Plano Clima, que apresentou uma breve introdução sobre o tema, destacando que o Plano Clima está organizado em: Adaptação - com 16 planos setoriais; e, Mitigação - com 7 planos setoriais; que a escuta da sociedade sobre o plano de Mitigação será realizada em março de 2025; que o Plano Clima de Adaptação da Agricultura Familiar será disponibilizado na Plataforma Brasil Participativo para consulta e contribuições da população; em seguida, procedeu a apresentação destacando: contextualização de elaboração do plano Clima de Adaptação da Agricultura Familiar; capítulos dos Planos Setoriais de Adaptação; adaptação - objetivos e metas (cap. 3). Em seguida, procedeu-se as falas dos dois representante da sociedade civil do Condraf, iniciando pelo representante da UNEFAB, Idalgizo José Monequi, que ressaltou a insegurança existente entre os agricultores familiares sobre as mudanças climáticas que afetam diretamente o modo de produção alimentos; que tem dois desafios a serem enfrentado, o primeiro trata sobre o enfrentamento sobre as mudanças climáticas, e, o segundo, a oportunidade de construção do plano clima; que é necessário investir na educação e formação, para o enfrentamento as mudanças climáticas; que é importante promover momentos de trocas com os ancestrais, que tem um modo diferente de lidar com a natureza; que no processo de adaptação, é importante fazer adaptação nos maquinários; que ficou claro na apresentação, que a agricultura familiar é o setor que menos agride a natureza, mas é a que mais está sendo afetada; que é preocupante o avanço do agronegócio, inclusive nos processos de educação e formação, e da extrema direita, que não tem compromisso com toda forma de vida na terra; e, que a questão climática é uma questão política e também econômica; e por último, questionou como a

sociedade civil e o conselho irá contribuir para elaboração do plano clima. Na sequência, Clérison dos Santos Belém, da Rede Ater Nordeste, reforçou que o debate do clima é transversal, e, que se faz na agroecologia; que os territórios mais conservados são dos Povos e Comunidades Tradicionais; que é preciso discutir a abordagem territorial, que nem todo território tem estrutura para fazer essa discussão, portanto, a discussão do clima deveria ser discutida pelos biomas; que a ASA (Articulação do Semiárido) tem uma experiência importante na construção de cisternas para captação de água, e o Nordeste convive há muito tempo com a seca; a questão do desmatamento, o avanço do agronegócio, as mineradoras, e as energias ditas renováveis, está relacionada a pobreza e a fome, pois o local que está degradado não produz mais; que, a oposição dos Estados Unidos a pauta ambiental irá afetar o Brasil; que, é importante trazer para o debate o crédito de carbono, em que as comunidades serão exploração para a produção de crédito carbono; outro ponto importante, trata-se sobre os órgãos ambientais dos Estados, que concedem licença ambiental para as grandes empresas; que não se fala no zoneamento ambiental para o rural, o que afeta a estratégia do clima para a agricultura familiar; que é preciso fazer uma busca sobre as experiências que estão dando certo; e, que a convivência com os biomas como estratégia para os povos; o debate sobre o clima é um desafio para a comunicação. Em seguida, foram apresentadas as seguintes respostas/considerações: Lucina Jacob, ressaltou que a discussão sobre o plano clima não foi realizada por bioma por alguns fatores, pois o bioma não dá conta de algumas especificidades nas regiões, e tem regiões que tem mais de um bioma; que a questão da regularização ambiental está contido nas propostas do plano setorial de adaptação de agricultura familiar; que o saneamento de fato não foi trabalhado no plano clima, mas é uma pauta a ser incorporada. Dando continuidade, procedeu-se as contribuições/questionamentos do plenário: é fundamental considerar a questão de saneamento para o rural nas discussões ambiental; é preciso avançar na cobertura do Garantia Safra para mais culturas; as ações do plano clima estão focadas no crédito, no Pronaf; está se discutindo pouco a transição na perspectiva dos agricultores familiares; que a ausência da Secretaria de Abastecimento do MDA não contribui para o debate; como discutir com as regiões que preservaram os biomas para fazer a compensação para esses territórios; é preciso ter mecanismos no crédito que incentive a recuperação e conservação ambiental; é preciso ter uma orientação para os extensionais para enfrentar a completa desestruturação provocadas pelos eventos climáticos; é preciso ter uma ATER forte e estruturada para o enfrentamento a todas essas mudanças; é preciso aprender um pouco mais sobre mitigação, adaptação e compensação; as comunidades tradicionais pesqueiras também são afetadas pelos eventos climáticos, principalmente as ressacas que impede a pesca, que é invisível no debate; é preciso ouvir as comunidades tradicionais; como o DAMEI chegou ao número de 5 mil agentes de ATER, e 10 tecnologias? O que faz a produção de resíduos é o consumo. qual o papel do MMA na construção do plano clima da agricultura familiar? De que forma os planos do MDA, PLANAPO, PLANAB, e Plano Clima dialogam entre si? A COP 30 está para acontecer e não se está discutindo como será a participação da sociedade civil; foi realizado algum estudo de impacto

ambiental sobre as energias ditas renováveis? Não foi citado a questão da terra na apresentação do Plano Clima; é preciso discutir a Reforma Agrária, e criar mecanismos para discutir terra e território no Plano Clima; é importante debater no Plano Clima as causas, principalmente a expansão da soja; é importante ter uma seção de recomendações no Plano Clima; não está contido nas metas do Plano Clima o cuidado com as sementes crioulas; como irá se dar o cuidado com as sementes crioulas no Plano Clima? É preciso olhar com cuidado a questão do zoneamento, e os agricultores não devem pagar a conta; as energias renováveis têm agravado bastante a questão da violência sexual nas comunidades tradicionais. Como está a integração do MDA com os demais Ministérios? Como está a regularização das usinas fotovoltaicas? Como está sendo pensado o descarte dos painéis? Como está sendo trabalhada a questão das mudanças climáticas nas chamadas de ATER? Considerando que a discussão do Plano Clima está ocorrendo no espaço do Condraf, que se leve em consideração o registro que está sendo feito na Ata da reunião. Na sequência, foram apresentadas as seguintes respostas/considerações: a diretora do DAMEI, Luciana Jacob, esclareceu que o MMA coordena todos os planos setoriais do Plano Clima; que a questão da intersetorialidade é que as coisas são recortadas, cada área tem seu plano; que o Ministério da Pesca não tem um plano setorial no Plano Clima, e que não foi possível fazer uma escuta setorial com a pesca, mas as ações estão contidas no plano; sobre as 10 experiências, não está considerando as que já existem, mas será produzido 10 novas experiências; esclareceu sobre os 5 mil agentes de Ater, que a proposta é possibilitar formação, a princípio no formato online, para um total de 5 mil agentes; sobre a relação do Plano Clima com os demais planos, está descrito nas metas a relação com o PLANAPO e PLANAB; que as novas propostas do Condraf será recebido pelo DAMEI; que, é preciso pensar sobre a COP 30, que foi criada como um espaço de negociação formal, e, é preciso ter clareza que a luta não começou e nem termina na COP 30; a meta 2.23 trata sobre sementes crioulas, mas ela perpassa o plano todo; foi elaborado um conjunto de riscos que a agricultura familiar enfrenta, sendo agrupados em 4 grandes riscos, e, a questão da Reforma Agrária, terra e território está contido dentro destes riscos; os riscos relacionados ao acesso ao água perpassa em todo o plano; é importante olhar a planilha de riscos no objetivo 2 e verificar o que está contido; é possível incluir recomendações no último capítulo, e, se o Condraf tiver recomendações, poderá ser enviada para o DAMEI que fará a inclusão; não tem informações sobre a quantidade de carbono que as práticas tradicionais produzem; é preciso falar sobre circuito curtos de produção, pois contribui para a redução de emissão de gases de efeito estufa. **6.**

Assistência Técnica e Extensão Rural para a produção de alimentos saudáveis. O Secretário Executivo, esclareceu inicialmente que a discussão sobre a ATER atende uma reivindicação dos conselheiros, e, em seguida, convidou para fazer parte da mesa, a Coordenadora Geral de Formação do DATER - Regilane Fernandes; a Gerente da ANATER - Isabel Silva; e, as conselheiras do Condraf para fazerem intervenções em nome do pleno do Condraf, Alexsandra Maria da Silva - da SERTA, Maria Neila Ferreira dos Santos - da ANA; e Marines Rosali Bock - da FASER. Na sequência, Regilane Fernandes, procedeu a apresentação do Balanço 2023-2024 da

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), (disponível no drive), destacando por último, os principais desafios: orçamento ainda insuficiente para o tamanho da demanda; ampliar a formação de extensionistas e agentes de ATER; evidenciar as metodologias e as inovações construídas nos projetos; monitoramento e avaliação das ações de ATER; construção de indicadores para transição agroecológica que possam orientar um balanço qualificado das chamadas públicas e TED's; estrutura física e de pessoal ainda insuficiente para as atribuições do DATER; articulação das diversas iniciativas nos territórios; ambiente político-institucional do Congresso Nacional para constituição do SUATER; e, 3ª CENATER. Em seguida, procedeu-se a apresentação, (disponível no drive), da Gerente de ATER da ANATER, Isabel Silva, sobre o Balanço da PNATER 2023-2024, contemplando: resultados e impactos das ações da ANATER; investimento e impacto financeiro; expansão e fortalecimento da Rede de ATER; Programa de ATER implementados (ATER Mulheres, ATER Bem Viver Semiárido, ATER Bem Papa, ATER Mulheres Rurais II, ATER Florestas Produtivas e ATER Bolsa Verde); Avanços e Resultados concretos da ATER; e, Perspectiva para 2025: Orçamento programa 2025 , total de R\$ 460.894.678,93 (ATER – R\$ 380 milhões). Finalizado as duas apresentações, procedeu-se as três intervenções das representantes da sociedade civil, iniciando com a fala da Alexsandra Maria da Silva da SERTA, que considerou insuficiente os recursos e o tempo para execução dos projetos de ATER; citou que o processo de transição agroecológica requer consciência, que não ocorre da noite para o dia; que, a quantidade de 84 famílias por um técnico é complicado; questionou, como discutir transição agroecológica, emergência climática, a permanência no campo, se o tempo é o grande inimigo? Como reverter essa situação? Por último, afirmou que é preciso construir conhecimentos agroecológicos. Em seguida, Maria Neila Ferreira dos Santos da ANA, destacou que os instrumentos utilizados pela ANATER para gestão dos contratos engessam o trabalho dos Técnicos/as, pois ainda utilizando modelo utilizado na revolução verde; que é preciso identificar os limites que as equipes técnicas encontram para execução da ATER em campo, para tanto é necessário realizar monitoramento e escuta das famílias; que não faz sentido fazer uma chamada pública de 1 ano e meio com tantos formulários para responder; a realidade das comunidades não são consideradas nos editais de ATER; que tem vivenciado diversos tipos de violências no campo, principalmente relacionada ao tráfico de drogas, o que tem impedido a participação das mulheres nas atividades. O que o MDA tem feito diante dessa situação? O modelo de ATER mantido nas chamadas está distante da prática; Na sequência, fez uso da palavra, Marines Rosali Bock, da FASER, que iniciou sua fala, ressaltando o esforço do governo para reestruturação da ATER; que na apresentação do DATER, percebe-se que o objetivo relacionada a formação, tem sido colocado em prática, mas ainda é necessário garantir mais formação para os agentes de ATER das instituições públicas; que a oferta de ATER é um desafio, para torná-la presente no território e duradoura; que é preciso evidenciar quem está fazendo a ATER, pois está havendo uma precarização das condições de trabalhos; que é preciso refletir sobre o tempo que se leva para preparação da documentação, considerado longo, o que tira tempo para a realização das atividades;

que, o CAF é o principal instrumento de acesso as políticas públicas; que é preciso pautar a tramitação do SUATER, que está parado, para que seja regulamentado ainda no atual governo. Em seguida, procedeu-se as contribuições/questionamentos do plenário: que instrumentos serão implementados para ter agilidade na execução dos projetos de ATER? A Lei de ATER não amarra as exigências que os editais exigem; os editais de ATER estão engessados, é preciso discutir os instrumentais das chamadas de ATER; que o Projeto Dom Helder, não está no debate da PNATER e no SUATER; não é o caminho definir porcentagem para agricultura periurbana, pois o técnico terá que atender famílias no meio rural e no urbano; que o público em situação de pobreza está fora das chamadas de ATER; que assusta o valor de R\$ 27 milhões da ANATER para 2 anos; que as universidades não fazem ATER, somente pesquisa e extensão; que chama atenção os aportes do governo federal versus dos governos estaduais, que têm investido o maior volume de recursos na ATER; que o governo federal precisa investir mais na ATER; que para cada CAF emitido leva em média 4 horas, sendo necessário mais investimento do Governo Federal; que é preciso melhorar o SGA da ANATER, que se possa engloba o SGA no Transferegov.br; que há 10 anos a ANATER tem o mesmo Conselho Administrativo, e que tem entidades participantes do Conselho que não participa das demandas da ATER; que o Conselho Consultivo da ANATER não funciona; que são muitos TED's firmados com as universidades e os Institutos Federais, que tem recebido mais recursos do MDA do que as entidades de ATER; que a ATER no Brasil não atende ainda os anseios dos camponeses e camponesas, que ainda não está nos moldes que o povo quer; que é preciso ter uma ATER popular; como a ATER poderá garantir que o fomento seja aplicado? Que é gratificante a quantidade de jovens egressos das EFAS participando da ATER; o que está sendo pensado em termos de políticas e ações para a educação do campo? Em seguida, procedeu-se as respostas/considerações da mesa: Isabel Silva da ANATER, destacou que o Condraf tem um papel fundamental de ajudar a ANATER, e, que conseguiram avançar com as contribuições do Condraf; o sistema da ANATER já está defasado, e será preciso qualificar; com relação a violência (tráfico, garimpo) a ANATER tem consciência disso, e dos riscos para as extensionistas; que as cooperativas tem espaço nas chamadas públicas; tem alguns desafios para vencer na execução da ATER pública, mas que conjuntamente com a ASBRAER estão dialogando para encontrar uma solução; Regilane Fernandes do DATER, destacou que todas as angústias que foram apresentadas são compartilhadas pelo DATER, que não são negligenciadas; o modelo de ATER que a gente quer não comporta os instrumentos que temos na burocracia do Estado brasileiro, e esse deverá ser um dos debates na Conferência de ATER; que não tem ambiente para aprovação do SUATER no Congresso Nacional, é preciso construir correlação de forças para aprovação; será necessário realizar reunião virtual do CP-ATER na semana que vem para encaminhar alguns das questões apresentadas; em 2025 o MDA assume a presidência do GT interministerial da agricultura urbana e periurbana, que no segundo semestre será realizado um seminário sobre a agricultura urbana e periurbana; que o MDA destinou 200 milhões para oferta finalística da ATER; que as Universidades não estão fazendo ATER, os TED's não tem essa finalidade; e por último, que o DATER tem muita

abertura para ouvir todos e todas, e não se pode assimilar que não tivemos avanços, não podemos negar o que está sendo construído em cada projeto. **7. Desenrola Rural: Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar.** Para apresentação do Desenrola Rural, o Secretário Executivo chamou para fazer parte da mesa, a Secretária Executiva do MDA, Fernanda Maquiavelli, e três representantes da sociedade civil, Maria de Lourdes Sousa Nascimento da Rede Cerrado, Raimundo Esmeraldino Silva do Movimento dos Pescadores Artesanais, e Claudia Cáscas da CENATER. Na sequência, a Secretária Executiva, Fernanda Maquiavelli, iniciou a apresentação sobre o Desenrola Rural, (disponível no drive), destacando que o programa é fruto da luta das entidades que fazem parte do Condraf, e, que o diagnóstico demonstrou que 5,43 milhões de agricultores familiares (33%) possuem alguma restrição de acesso ao crédito; em seguida ressaltou os principais objetivos do programa; citou, que as dívidas inscritas na DAU (PGFN), serão regularizadas através do Regularize; encerrou a apresentação informando que dia 24 de fevereiro o Desenrola Rural estará em funcionamento; em tempo, a Secretária Executiva, convidou o Ministro Paulo Teixeira para dar a notícia que recebeu do Banco do Brasil. Na sequência, o Ministro Paulo Teixeira informou que recebeu a notícia do Banco do Brasil, que 240 mil agricultores que não poderiam acessar o crédito, que agora poderão acessar. Em seguida, procedeu-se as falas dos representantes da sociedade civil, começando com a fala do representante do Movimento dos Pescadores Artesanais, Raimundo Esmeraldino Silva, que iniciou afirmando que o Movimento dos Pescadores vem sofrendo com a demarcação dos quilombos, e, solicitou que o Ministro assine a homologação do território quilombola Cachoeira na Bahia; destacou, que os pescadores também estão endividados, e, que entregaram uma pauta no início do ano, mas que ainda não foram atendidos; na sequência, Maria de Lourdes Sousa Nascimento da Rede Cerrado, destacou que a ATER é essencial para o Desenrola Rural; que é necessário pensar em instrumentos de legalização dos produtos da agricultura familiar para utilização nas rotas em parceria com os Correios; que a taxação para a agricultura familiar não pode ser a mesma para o agronegócio; que o Pronaf não serve para plantar eucalipto para a agricultura familiar; que a agricultura familiar tem como substituir de fato os agrotóxicos e fazer sua boa produção; que os recursos da ATER não poder ser investido para pesquisa, tem que ir para o campo. Em seguida, Claudia Cáscas, da Rede CENATER, pontuou que é importante reforçar o orçamento, que o Condraf pode contribuir para a discussão do orçamento, que é considerado pequeno diante das demandas apresentadas; que no planejamento foi priorizado alguns temas, dentre os quais a reforma agrária e a ATER, e questionou, como fortalecer os territórios? De que forma os Superintendentes dos Estados poderão contribuir com o debate para o fortalecimento dos territórios? Lembrou que foi solicitado para o MDA que enviasse o número de TED's com os objetivos e recursos destinados. Na sequência, procedeu-se as respostas/considerações da mesa: O Ministro Paulo Teixeira, destacou que bateu recorde a demarcação de territórios no atual governo; que irá verificar a situação de regularização do território quilombola de Cachoeira; que o MDA está muito empenhando na retomada da política

territorial, que irá cuidar do tema dos territórios da cidadania; que o recurso disponível para a ATER é considerado insuficiente, que irá cuidar do tema do SUATER; onde o MDA tem colocado ATER, nos quintais produtivos, quando fez ATER para as mulheres; recuperação ambiental não é eucalipto; que o MDA precisa da contribuição do Condraf para discutir como melhorar seu orçamento; que teve a notícia ontem que o recursos do PAA irá aumentar, e, que é importante trabalhar na base o acesso ao programa; é preciso desbloquear para a agricultura familiar o PNAE, que seria interessante apresentar proposta para aumentar em 70% do repasse do recurso federal para a agricultura familiar; que na próxima reunião será assinado um termo de cooperação para as compras institucionais; que está em desenvolvimento três aplicativos; que o Condraf tem que sentir em relação ao MDA como um chefe que cobra do subordinado; sugeriu que seja realizado um seminário sobre o Sistema Único de ATER; citou, que está em construção uma parceria com o SENAR para liberação de recursos para a ATER, onde será necessário as empresas de ATER cadastrar os profissionais no SENAR que irá realizar o pagamento dos profissionais; afirmou que o MDA irá disputar os recursos do SENAR para fazer ATER; que o Programa Floresta e Mais Floresta custa 20 milhões. A Secretária Executiva, Fernanda Maquiavelli, esclareceu que o MDA não repassou 300 milhões para as universidades fazerem ATER; que irá começar o ano de 2025 com 300 milhões para ATER, ainda insuficiente para atender 4 milhões de agricultores familiares; que a agenda do SUATER é prioridade. O item **8. MDA Estratégico: Metas para o avanço das políticas de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar**, não foi trabalhado na Reunião Ordinária, devido a questão de tempo, sendo encaminhado para ser trabalhado em uma oficina online no dia 26 de fevereiro de 2025. **9. Informes.** **1.** Francisco Auri Alves Júnior, da Contraf Brasil, apresentou a proposta de construção do Programa de Aceleração do Crescimento da Agricultura Familiar (disponível no drive), informando que já tem um Grupo de Trabalho, coordenador pelo MDA, para elaboração da proposta. **2.** Maria Neila Ferreira dos Santos, do GT de Mulheres da Ana, informou que após 2 anos não será possível alcançar a meta de 90 mil quintais produtivos; que o pleno do Condraf possa apoiar a luta das mulheres em defesa dos quintais produtivos. **3.** O Secretário Executivo, informou que a Diretoria do CAF está apresentando o CAF e propôs uma reunião para a semana que vem com o Condraf. **4.** A Rede CEFA'S realizou um seminário na semana passada e definiram a agroecologia como matriz do plano de formação dos estudantes dos CEFFAS. **5.** Oscar Alan Gomes dos Santos, da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip), informou que no dia 12 de dezembro de 2024 foi lançado o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. **6.** Na reunião do dia 19 de fevereiro de 2025, a Sociedade Civil elaborou uma Carta para ser lida no pleno com vários questionamentos relacionados as políticas do MDA e atuação do Condraf, sugerindo alguns encaminhamentos. Encerrado os informes, procedeu-se para o próximo ponto da pauta: **10. 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.** O Secretário Executivo, realizou a apresentação, (disponível no drive), sobre a 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, destacando como está o andamento de cada etapa da conferência. Finalizado a

apresentação sobre a 3ª CNDRSS, procedeu-se as contribuições/questionamentos do plenário: acrescentar 15 vagas para povos e comunidades de terreiros; que os conselheiros do Condraf sejam delegados natos nas conferências estaduais; que seja elaborado um plano com metas e compromisso como documento final da 3ª CNDRSS; a data da Conferência está chocando com a data do Congresso Brasileiro de Agroecologia, é preciso discutir alteração na data; por que não tem proposta para a conferência setorial de ATER? Realizar live aberta para divulgação da 3ª CNDRSS; como será construído o documento base? Que toda alimentação servida na conferência seja da agricultura familiar, e que não tenha produtos processados; que seja garantido espaço para debate da agenda internacional na conferência (Reaf, Mercosul, Década da Agricultura Familiar, BRICs, COP 30); a conferência temática de juventude está prevista para ser realizada em Caruru em Pernambuco no mês de maio de 2025; inserir as redes estaduais de colegiados territoriais nas comissões organizadoras das conferências; terá consultores regionais para o processo de mobilização das conferências? Incluir no documento de referência citação sobre os agrotóxicos; o Congresso das Mulheres Camponesas será realizado em outubro de 2025, no mesmo período da conferência. Após as intervenções do plenário, procedeu-se as respostas para os questionamentos apresentados: com relação aos povos e comunidades de terreiros a propostas será encaminhada para o CP de Povos e Comunidades do Condraf; será realizado diálogos com os Estados para garantir que os conselheiros do Condraf sejam delegados natos; o 2º PNDRSS tinha metas, e mesmo que o presidente e os ministros assinem, a Conferência do Condraf não tem prerrogativa em lei; sobre a data da conferência, houve um conflito de informações com relação a data do CBA, mas o Condraf está aberto para o diálogo; todas as coordenações dos CP foram convidados para reuniões para debater sobre propostas de realização das conferências temáticas; o Dater garantiu que será realizado a conferência de ATER em 2026, o que não impede a realização de uma conferência temática de ATER em 2025; sobre a alimentação na conferência, a SETEQ já procurou o Condraf para discutir a proposta para os alimentos serem adquiridos de povos e comunidades tradicionais; o Condraf poderá organizar uma live para divulgação da conferência nos Estados; em março será realizado um evento com os Superintendentes do MDA, da Conab e do INCRA, e, na oportunidade será apresentada a proposta da conferência; já está previsto realização de agenda com os secretários estaduais de agricultura e de agricultura familiar para alinhamento sobre a realização das conferências nos Estados; sobre os agrotóxicos, faltou dar destaque nos objetivos específicos da Conferência, mas está contido no texto do documento de referência. Na sequência, procedeu-se a apresentação do item: **11. Pauta Deliberativa.** O primeiro ponto apresentado para discussão trata sobre: **1) Calendário de Reuniões Ordinárias.** O secretário Executivo apresentou a proposta de cronograma das reuniões ordinárias para o ano de 2025, sendo: a) 6ª Reunião Ordinária - de 19 a 21 de fevereiro (realizada); b) 7ª Reunião Ordinária - de 21 a 23 de maio; c) 8ª Reunião Ordinária – de 03 a 05 de setembro ; e, d) 9ª Reunião Ordinária – de 03 a 05 de dezembro; após justificativas quanto a necessidade de ajuste na data da 7ª Reunião Ordinária, devido o indicativo de realização da Conferência Setorial de

Juventude para semana de 19 a 23 de maio, foi apresentada proposta de alteração na data da reunião ordinária, ficando a nova data para 28 a 30 de maio; em seguida, o cronograma de reuniões ordinárias do Condraf para o ano de 2025 foi colocado em votação, sendo aprovado por consenso pelo plenário; **2) Referendo de indicação de representantes do Condraf para o GT do PAC da Agricultura Familiar** - o Secretário Executivo do Condraf, informou que a Mesa Diretora fez a indicação de 4 nomes de titulares: Tatiane Paulino Bezerra – do MAB; Marines Rosali Bock – da Faser; Sirley Ferreira dos Santos – do MMC; Helson da Silva Alves – da PJR; e, de 4 suplentes: Lidenilson Sousa da Silva – do MCP; Sandra Nespolo Bergamin – da Unicafe; Maria Rosalina dos Santos – da Conaq; e, Adair Pozzebon – da Unefab para o GT do PAC da Agricultura Familiar; após apresentação dos nomes indicados pela Mesa Diretora, foi apresentada a proposta de alteração do titular da PJR (Helson da Silva Alves) pelo representante da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip), Oscar Alan Gomes dos Santos; não havendo questionamentos, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovado por consenso pelo plenário; **3) Comitê Gestor do Programa Selo Amazônia** – o Condraf recebeu a demanda para indicação de nome de um titular e um suplente para o Comitê Gestor do Programa Selo Amazônia, e, devido ao prazo não foi possível discutir na reunião da Mesa Diretora, sendo necessário apresentar para deliberação na Reunião Ordinária; na sequência, o Secretário Executivo, procedeu as inscrições dos participantes para sugestão de nomes para o respectivo Comitê Gestor, sendo apresentada a seguinte proposta: titular – Lidenilson Sousa da Silva (MCP); suplente – Josana Pinto (MPP); não havendo questionamentos, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovado por consenso pelo plenário; **4. Recomendações do Condraf sobre o Plano Clima de Adaptação da Agricultura Familiar:** a) os conselheiros devem encaminhar proposta de recomendações para o Plano Clima de Adaptação da Agricultura Familiar, considerando os temas sobre a pesca, energia, sementes crioulas, saneamento e saúde, para a Secretaria Executiva do Condraf no endereço de e-mail – condraf@mda.gov.br ; b) a Secretaria Executiva deve encaminhar as recomendações para o Comitê Permanente de Emergência Climática; na sequência, as duas propostas sobre o Plano Clima foram aprovadas por consenso pelo plenário; **5. Reunião do CP de Assessoria Internacional e CP de Emergência Climática para discutir participação do Condraf na COP 30:** a) realizar reunião para debater a participação da sociedade civil na COP 30; e, b) convidar conselheiros do Condraf que manifestarem interesse em participar; não havendo questionamentos, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário; **6. Elaborar moção de apoio a iniciativa popular contra contaminação por agrotóxicos por pulverização aérea no Maranhão, Ceará, Sergipe e outros estados;** após apresentação da proposta, foi indicado os seguintes nomes para redação da minuta: Lidenilson Sousa da Silva – do MCP; e Maria Neila Ferreira dos Santos – da ANA; após indicação dos nomes, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário; **7. Elaborar moção do Condraf sobre terceirização da Alimentação Escolar e fechamento de escolas rurais;** após justificar quanto a importância da elaboração do respectivo documento, foi indicado os seguintes nomes para elaboração da redação: Idalgio José Monequi

(Unefab); Oscar Alan Gomes dos Santos (Equip); Maria Eduarda Vasconcelos (Coordenação Geral de Juventude Rural/MDA); Maria Aparecida Ferreira (Confrem); finalizado a indicação dos nomes, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

8. Proposta de pauta para Reunião do Condraf sobre Quintais Produtivos; será remetido para Mesa Diretora do Condraf deliberar sobre a inclusão na pauta de reuniões do conselho;

9. Convocar reunião extraordinária do Condraf para debater parcerias do MDA com Universidades e Senar para a política de ATER:

a) elaborar solicitação de esclarecimento sobre propostas de parceria com **SENAR** para execução de serviço de ATER para a Reunião Extraordinária; b) elaborar solicitação de esclarecimento sobre propostas de parceria com **Universidades** para a política de ATER para a Reunião Extraordinária; e, c) detalhar informação dos TED's, colocando principalmente os objetos, instituições beneficiárias, volume de recursos e impactos/resultados junto ao público da Agricultura Familiar; não havendo questionamentos, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

10. Mesa Diretora convocar Reunião Extraordinária do Condraf para discutir o Garantia Safra com o Secretário da SAF, Vanderley Ziger, e o Diretor de Crédito, José Henrique e o Coordenador-Geral do Garantia Safra; não havendo questionamentos, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

11. Solicitação de relatório do PPA Participativo por região e Estados (enviar para os conselheiros após recebimento da SG); não havendo questionamentos, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

12. Melhorar metodologia das reuniões híbridas: a) garantir fala e contribuição por escrito dos participantes online; não havendo questionamentos, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

13. Mesa Diretora analisar a composição dos Comitês Permanentes: a) disponibilizar planilha de composição dos Comitês Permanentes; não havendo questionamentos, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

14. Propostas de alteração de comitês permanentes: a) Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial: I - Rede Ater Nordeste; b) CP Pesquisa e Inovação: I – Instituto Repensar; II – Fazer; c) CPJuv: I – MAM; II – MTC; e corrigir nome e sigla do Comitê, ficando com a seguinte alteração – Comitê Permanente de Promoção das Políticas Públicas das Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas (CPJuv); d) CP Paz no Campo: I – Fazer; II – MPP; e) CP Governança Fundiária: I Fazer; II – Cenater; e) CP de Abastecimento: I – Unisol; após apresentação de justificativas das alterações na composição dos comitês permanentes, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

15. Reuniões do Condraf semana que vem: a) Oficina PPA Participativo – metas MDA (entre 25 e 27/fev); b) Novo CAF: indicativo sexta (28/02, manhã); c) Reunião do CPATER marcada para 28 de fevereiro; após apresentação da agenda de atividades, a proposta foi aprovada por consenso pelo plenário;

16. Propostas para comunicação: a) elaborar um processo de formação para lideranças e conselheiros no sentido de produção conhecimento para o uso de informações; b) a Política de Comunicação deve melhorar a divulgação das chamadas e editais e demais ações; c) após a assinatura de ACT com o Ministério das Comunicações, a ANATEL e Correios, criar ou aproveitar um espaço para o monitoramento da execução destes instrumentos de parcerias (sugestão: atribuir este papel aos Comitês Permanentes de

Abastecimento e Educação); não havendo questionamentos, as propostas para a comunicação foram aprovadas por consenso pelo plenário; **17. Elaboração e monitoramento das políticas públicas:** a) convocar os Bancos Públicos para ponto de pauta na 7ª RO do Condraf para analisar a aplicação do Crédito Rural no país; b) solicitar ponto de pauta com Núcleo Agrário com participação dos conselheiros do Condraf (Pauta: Frente Parlamentar da Agricultura Familiar; e, PLs Plano de Juventude e Sucessão Rural - apensado); c) retomada da ação de diagnóstico dos Conselhos Estaduais e Municipais (apresentar diagnóstico realizado; desenvolver proposta de articulação e fluxo de informações com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural - Sistema de Desenvolvimento Rural Sustentável (remeter para o CPDT); d) elaborar recomendação de Fortalecimento da Política Territorial através da busca de recursos financeiros para implementação de formação dos Colegiados Territoriais, e reativar o PROINF (CPDT Elaborar proposta de recomendação do Condraf); e) elaborar recomendação para Priorização das ações do Planejamento do CONDRAF no sentido de ampliação do Orçamento dessas ações e ter financeiro (Elaboração: Claudia Cáscas); f) solicitar um estudo sobre os impactos do Pronaf nos últimos 2 anos (encaminhar para o CPCred); g) realizar uma Reunião Ordinária em um Território para propiciar à inteiração do CONDRAF com o público da Agricultura Familiar (encaminhar pra Mesa Diretora); h) Sociedade Civil reunirá mensalmente para tratar das prioridades de pautas do CONDRAF (Mesa Diretora avaliar demanda de suporte); i) iniciar as reuniões ordinárias com um dia inteiro para a sociedade civil e priorizar a pauta (orientação para os conselheiros chegarem na manhã do dia anterior para reservar uma tarde a mais de reunião da sociedade civil; e, elaborar propostas para aperfeiçoamento da metodologia das reuniões); j) revisar as metodologias e instrumentais de ATER da ANATER – SGA (encaminhar para CPATER); k) para o fortalecimento da ATER no país, a reunião proposta pelo Ministro sobre o SUATER, tem que considerar não apenas o sistema ASBRAER, SEBRAE, SENAR e as Universidades e IF', mas também as redes e organizações da sociedade civil; l) rediscutir as chamadas e editais do MDA e ANATER, inclusive os instrumentos e metodologias; m) forma de convocação dos suplentes para a Mesa Diretora (convocar suplentes para todas as reuniões); finalizado a apresentação dos encaminhamentos, a propostas para elaboração e monitoramento das políticas públicas foi aprovada por consenso pelo plenário. Devido à falta de tempo para discussão/deliberação, as seguintes propostas foram encaminhadas para avaliação e encaminhamentos pela Mesa Diretora, a saber: **19. Ativar o CP Cred; 20. Transmissão das reuniões pelo youtube; e, 21. Encaminhar resoluções do Condraf aos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a 6ª Reunião Ordinária do Condraf.